Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: julho de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

Protecionismo cresceu, mas de modo contido, diz a OMC – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 02/07/2009 4

Para que serve o Mercosul? – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 03/07/2009 5

Esse Mercosul não interessa ao Brasil – Alberto Temer – estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2009 6

Brasil vai propor desmonte de G8 – Denise Chrispim Marin - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2009 9

Brasil pedirá que países do G-8 mantenham gastos – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 06/07/2009 10

Brasil e UE fazem pacto anticonflito – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 07/07/2009 12

Promessa de fechar Doha em 2010 cria problema para Lula – Valor Econômico – Agronegócios – 08/07/2009 12

Rodada de Doha está fadada ao fracasso – Estado de São Paulo – Economia – 11/07/2009 13

De vira-latas e pitbulls – Paulo Nogueira Batista Jr. – O Globo – Opinião – 11/07/2009 16

Lula diz que cabe ao G-20 agir contra a crise - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 14/07/2009 17

Ásia toma lugar da Europa e é o maior cliente do agronegócio brasileiro – O Globo – Economia – 14/07/2009 18

Câmara quer fazer eleição para o Mercosul por lista fechada – Maria Clara Cabral – Folha de São Paulo – Brasil – 15/07/2009 19

Um poste chamado MERCOSUL – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 25/07/2009 21

Cúpula do Mercosul termina sem acordos entre os países – Folha de são Paulo – Dinheiro – 25/07/2009 22

A eleição do Parlasul – Evandro Carvalho e Clarissa Dri – O Globo – Opinião – 30/07/2009 23

Crise inviabiliza acordo rápido sobre Doha, diz Índia – James Lamont – Valor Econômico – Internacional – 30/07/2009 24

LULA PROPÕE QUE UNASUL DEBATA CLIMA – Folha de São Paulo – Ciência – 31/07/2009..... 25

Brasil desistiu da Rodada Doha, sinaliza Amorim – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/07/2009..... 25

Doha é marcada por conflitos de interesses – Folha de São Paulo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/07/2009..... 26

Protecionismo cresceu, mas de modo contido, diz a OMC – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 02/07/2009

Os governos ampliaram medidas de restrição ao comércio e concessão de subsídios em reação à pior crise econômica dos últimos 50 anos, mas o movimento rumo ao protecionismo ainda está contido. A avaliação é do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, em relatório sobre o desenvolvimento do comércio global entre março e meados de junho, que foi enviado ontem aos 151 países-membros.

"Nos últimos três meses, houve um deslize em direção a mais restrições comerciais e políticas distorcivas, mas o recurso ao protecionismo tem sido contido, com algumas exceções", diz Lamy.

No total, 245 medidas com algum impacto no comércio foram adotadas desde março em resposta à crise global, em meio à enorme queda da demanda e ao colapso do financiamento às exportações.

Entre medidas verificadas junto a governos e obtidas de relatos da imprensa, a OMC contabiliza 113 no comércio, 63 medidas de estímulo econômico, outras 30 em benefício do setor financeiro. O quadro é completado com 39 países que restringiram a compra de carne suína devido à gripe A/H1N1.

As ações protecionistas implementadas ou anunciadas excedem em mais de duas vezes as medidas de liberalização ou facilitação de comércio registradas desde março. É o inverso do que ocorreu nos últimos anos, quando a balança era favorável ao lado da liberalização.

Sobretudo, a OMC chama a atenção para o aumento de investigações do tipo antidumping e salvaguardas, que podem se transformar mais tarde em sobretaxas, para combater produtos cujos preços estariam deslealmente baixos, prejudicando as indústrias locais. Também cresceu o uso de medidas não tarifárias (licenças de importação não automática, preços de referência etc) para mercadorias.

No geral, produtos agrícolas (sobretudo lácteos), siderúrgicos, veículos e peças automotivas, produtos químicos e plásticos, têxteis e vestuário têm sido os mais afetados pelas medidas protecionistas. Alguns países introduziram novas restrições no setor de serviços, como a Venezuela, na área de energia. Outros adiaram os planos de liberalização de servicos financeiros em resposta à crise atual.

Argentina e Índia estão entre os principais usuários de medidas protecionistas. A Argentina afeta parceiros como Brasil, China e Paraguai. O relatório destaca duas ações recentes do Brasil, de abertura de investigação contra fibras sintéticas importadas da China e de aumento da tarifa de importação de aço. "O protecionismo é uma doença perniciosa, que vem do país rico para o pobre", reclamou o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, na OCDE, na semana passada.

A OMC aponta também mais casos de governos e setores privados recorrendo a exigências de "comprar, investir, emprestar e contratar localmente" em programas de estímulo econômico, sem mencionar especificamente que entre eles estão de EUA até a China, dois elefantes do comércio mundial. Alerta que diante do "evidente apelo

nacionalista", existe o perigo de que esses programas se tornem alvos de retaliação, com a consequência de guerras comerciais.

Outra inquietação é com os subsídios nos planos de estímulo, que distorcem o comércio. Eles beneficiam em particular bancos e seguradoras, setores automotivo e outros industriais, pequenas e médias empresas, produtores de papel e polpa, têxteis e agricultura.

A OMC reafirma que a ajuda ao setor financeiro em muitos casos pode ser vista como uma forma de subsídio, que afeta a concorrência.

Mas Lamy relata também mais medidas de abertura agora do que no começo do ano. Austrália, China, Equador, Egito, Indonésia, México, Paraguai, Filipinas, Rússia, Arábia Saudita, Ucrânia e Vietnã anunciaram cortes de tarifas de importação e remoção de barreiras não tarifárias em vários produtos. China e Malásia liberalizaram vários setores de serviços.

O relatório alerta para o risco de aumento de sobretaxas antidumping, teoricamente para combater importações deslealmente baratas. Lamy diz que essas medidas podem subir significativamente, como ocorre nos períodos de recessão, e voltar a baixar quando a situação econômica melhorar.

Para que serve o Mercosul? – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 03/07/2009

A Argentina está realizando uma política industrial à custa do Brasil. As barreiras impostas a produtos brasileiros não resultam apenas de problemas conjunturais, mas são o produto evidente de uma decisão de longo alcance. A ideia é reeditar no século 21 a industrialização baseada no protecionismo e na substituição de importações, um tipo de política muito usado na América Latina entre os anos 30 e 70 do século passado. Diante da omissão do governo brasileiro, as autoridades argentinas descumprem sem dificuldade seus compromissos. Vários segmentos da indústria brasileira aceitaram, para evitar maiores perdas, uma redução "voluntária" de exportações para o mercado vizinho. A contrapartida seria a diminuição dos entraves criados com o licenciamento não automático de importações. Mas a emissão de licenças continua demorando até quatro meses, com enormes prejuízos para empresas brasileiras já forçadas, por acordo, a refrear suas vendas.

Entre janeiro e junho deste ano a receita de exportações do Brasil para a Argentina foi 42,7% menor que a do primeiro semestre do ano passado. O valor das importações caiu muito menos, 19,5%, porque o mercado brasileiro se mantém muito mais aberto. A redução das vendas brasileiras para o maior parceiro do Mercosul não se deve apenas à retração econômica no país vizinho. É atribuível em grande parte às barreiras comerciais, como reconheceu o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Welber Barral. As ações protecionistas afetam 14% dos produtos brasileiros normalmente exportados para a Argentina, incluídos calçados, têxteis, móveis e produtos eletroeletrônicos. O comércio bilateral de veículos e componentes já é regulado há muitos anos, sempre com restrições mais fortes para os produtos fabricados no Brasil.

O atraso na autorização das importações causa com frequência danos irreversíveis aos produtores brasileiros. Produtos com vendas sujeitas à variação da moda, como calçados, podem ser simplesmente perdidos, se a concretização do negócio demorar meses. Também ocorrem prejuízos consideráveis para quem exporta produtos de estação, como certos tipos de roupa ou de sapatos. Executivos brasileiros têm reclamado de problemas como esses, mas não têm conseguido apoio das autoridades de Brasília. Mesmo quando se esboça alguma reação favorável às empresas brasileiras, em alguma área do governo, qualquer reação mais séria é impedida pelo presidente Lula, orientado, como sempre, por seus estrategistas diplomáticos.

Enquanto os produtores brasileiros são barrados, a indústria chinesa conquista fatias crescentes do mercado argentino. Mesmo com restrições burocráticas, os fabricantes chineses levam vantagem, como na maior parte dos mercados, por causa de suas condições excepcionais de competição. Essas condições incluem, naturalmente, uma moeda amplamente subvalorizada e formas de apoio estatal muito menos transparentes que as da maior parte dos países ocidentais.

O protecionismo argentino não é apenas conjuntural. Não é só uma resposta a uma crise internacional muito severa. Aumentou depois do agravamento da crise, no ano passado, mas já estava presente no comércio com o Brasil antes da crise. Agora, mais do que nunca, seu caráter de política de longo prazo é evidente. "Industrialização por substituição de importações" foi expressão usada pela ministra da Produção, Débora Giorgi, numa entrevista publicada no jornal Página 12, de Buenos Aires, em 14 de junho. Nessa entrevista, ela menciona como um dos elementos da política argentina a "defesa do mercado interno contra a competição desleal". Aceitará o presidente Lula essa justificação para o protecionismo?

Ele e seus conselheiros parecem não ter percebido o sentido da política argentina - política industrial, não um mero conjunto de medidas conjunturais. Segundo eles, o Brasil deve aceitar esse protecionismo para ajudar a Argentina a vencer as dificuldades atuais. Mas há uma enorme diferença entre ser solidário numa crise e aceitar barreiras concebidas como instrumentos de industrialização. Por que devem as indústrias brasileiras pagar os custos dessa política? Para alimentar as fantasias geopolíticas do presidente Lula? Nesta altura, é muito difícil dizer para que serve o Mercosul. Para promover os interesses comerciais brasileiros certamente não serve.

Esse Mercosul não interessa ao Brasil – Alberto Temer – estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2009

Para que serve hoje o Mercosul?, pergunta editorial do Estado de sexta-feira. Para nada, respondemos. Só para atrapalhar. Como está aí, é obsoleto, ultrapassado, não interessa mais ao Brasil. Na verdade, nunca existiu. Foi uma figura de retórica, pois Paraguai e Uruguai

não contam, não contaram nunca, e o Mercosul nada mais é do que um acordo comercial entre Brasil e Argentina, que definha mês a mês.

Entre janeiro e junho, último dado oficial do Ministério de Desenvolvimento, a receita das exportações brasileiras para a Argentina despencou 42,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Um ritmo bem superior à queda de 22% das nossas vendas totais. O valor das nossas importações caiu menos, 19,5%, porque temos um mercado mais aberto que o argentino.

MAS ELES ESTÃO EM CRISE...

E precisam de ajuda! Sei, sei sim, mas só não entendo porque só se fecham com o Brasil e abrem generosamente para a China. As exportações brasileiras que precisam de licença prévia caíram 61% neste ano enquanto as chinesas apenas 39%. Eles continuam nos roubando nichos importantes de mercado. Estão desalojando nossas indústrias.

O seu governo já deu a entender que não se trata de uma política temporária. A proteção do seu mercado veio para ficar. E continuamos a fazer concessões unilaterais. Nossos empresários querem salvar o que podem enquanto nossos amigos argentinos prometem mas não cumprem. Acho que aprenderam com o pessoal do G-8...

MAS O MERCOSUL PESA MUITO!

Pesava, não pesa mais. Em 2007, chegou a representar 17% das exportações brasileiras. Recuou para 10% em 2008 e em maio (último dado oficial) não passava de 8,7%. Vem declinando a cada mês. É o efeito Argentina que é, na verdade, o Mercosul. A sua participação nas exportações brasileiras só vem caindo. Vamos aos números. Perdoe, leitor, sei que cansam, mas às vezes são inevitáveis e, neste caso, imprescindíveis.

1 - Entre 1997 e 2000 representavam 13% das nossas exportações totais.

2 - De 2006 a 2007 a participação caiu para 8%, em média.

3 - No ano passado, ainda representou 8,9%.

Agora, fique atento. Nos quatro primeiros meses deste ano, recuou para 7%. Não é porque o Brasil exportou mais para outros mercados - ao contrário, exportou menos. É que a Argentina passou a nos trocar pela China e por outros parceiros mais interessantes.

É mais do que justo que a Argentina se aproxime da China, um parceiro novo e promissor, e se afaste do Brasil, que já deu o que pode dar. Ela está defendendo seus interesses. Concordo. Mas, e os nossos, onde ficam? Vamos continuar amarrados ao Mercosul, enquanto a Argentina não nos faz nenhuma concessão? Vamos continuar não podendo fechar acordos com outros países sem a aquiescência do Mercosul? Ora, está na hora de

"virar a mesa"e acabar com isso.

PRESIDENTE, VAMOS MUDAR?

Nós até poderemos conviver com menos comércio, mas jamais podemos continuar impedidos de fazer acordos com quem atender aos nossos interesses sem ter de "pedir autorização" a esse Mercosul agonizante. Está lá, escrito nos estatutos! Não podemos continuar dependendo da Argentina, que com frequência está contra nós na OMC e em outros fóruns internacionais. O Mercosul, nos termos atuais, não ajuda nada, só atrapalha. O acordo que se discute com a União Europeia se arrasta sabem há quanto tempo? Mais de 10 anos!

Ora, sr. presidente. Vamos dar um chega pra lá nisso? Não querem importar mais? Muito bem, mas não encham, vão cuidar da vida. Podemos até ajudar, mas não atrapalhem. Vocês dançam um tango chorado e nós um sambinha gostoso com os Estados Unidos, a UE e a China e com quem mais quisermos. Foi o que fizeram o Chile, o México e outros países sul-americanos.

VAMOS AOS BILATERAIS

Presidente, o senhor deve ordenar - sim, ordenar - ao Itamaraty que cumpra promessa feita há pelo menos dois anos, de iniciar e concluir rapidamente acordos bilaterais com outros países. E, se a Argentina, o Paraguai, o Uruguai reclamarem, é problema deles! Que se mude o acordo ou saímos dele. Ah! mas eles ainda são nosso terceiro parceiro comercial, senhor colunista! Sim, mas 70% do que importam vêm dos Estados Unidos, da China, da União Europeia e de outros países, informa o ministro Miguel Jorge.

Mas 95% das nossas exportações são de produtos industrializados, o ponto fraco do nosso comércio exterior! Sim, mas eles só importam porque precisam, seus empresários já estão entrosados com os nossos, uma linha comercial mais antiga e deixarão logo de importar quando a China oferecer condições, preço e crédito melhores.

OLHA O CHÁVEZ AÍ!

E, a propósito, sr. presidente, já imaginou o que pode acontecer se a Venezuela entrar mesmo no Mercosul? Será um deus nos acuda! O "generalíssimo" Chávez é capaz de perfilar as tropas na fronteira e ameaçar invadir o Brasil se fecharmos algum acordo com os EUA, o grande Satã do Norte. Sr. presidente, vamos refazer esse Mercosul, pois esse que está aí não interessa mais ao Brasil.

Brasil vai propor desmonte de G8 – Denise Chrispim Marin - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2009

Depois de decretar a morte do G-8, grupo dos sete países mais ricos mais a Rússia, o governo brasileiro pretende propor uma transição "suave e elegante" das atribuições desse grupo para o G-20, a frente das maiores economias do mundo que despontou em dezembro para lidar com a crise global.

O desmonte gradual do G-8 será defendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cúpula em L?Aquila, na Itália, entre os dias 8 e 10 deste mês. Lula participa do encontro como membro do G-5 - África do Sul, Brasil, China, Índia e México -, grupo que tem sido convidado para um diálogo "aberto e franco" com o G-8 nos últimos anos. "O G-8, se eles (seus líderes) quiserem que continue, que continue. Mas para discutir as questões econômicas e financeiras do mundo, eu acho que o G-20 é o fórum ideal", afirmou ontem Lula, ao chegar em Paris, onde passa o fim de semana reunido com assessores e com a família.

Ciente da resistência do primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, e de outros líderes do G-8 à sua tese, Lula buscará previamente a parceria do presidente da França, Nicolas Sarkozy, com quem se reunirá na terça-feira, no Palácio do Eliseu. No mesmo dia, jornais brasileiros e franceses publicarão um artigo conjunto dos dois presidentes no qual defenderão a necessidade de mudança nos foros e organismos de governança global.

"Brasil e França acreditam que o G-20 se tornou uma instância privilegiada neste momento em que caminhamos para um mundo multipolar", afirmou o assessor especial para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia. "Em certa medida, o G-8 enfraqueceu por causa da emergência do G-20."

Em princípio, a posição brasileira terá respaldo do G-5. Parte desse grupo - Brasil, Rússia, Índia e China - se reuniu há menos de um mês na Rússia, na primeira cúpula dos Brics. Segundo Garcia, apesar dos "matizes diferenciados", foi possível alcançar uma posição comum sobre a nova governança global. Em especial, no que se refere à transição do G-8 para o G-20, como instância superior de decisão. No Foro Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), houve alinhamento semelhante.

Os posicionamentos surgidos desses fóruns ficaram restritos a temas mais delicados, como a oposição da China a uma ampla reforma do Conselho de Segurança da ONU e as ponderações de outros parceiros sobre o novo modelo para o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Mas, em geral, os sócios do G-5 concordam que têm a ganhar com a morte do G-8 e a consolidação do G-20 como instância orientadora da governança global. No G-8, os cinco líderes não passam de figurantes. No G-20, são atores de peso.

O Palácio do Planalto e o Itamaraty não escondem a insatisfação com os últimos encontros do G-8, para os quais os líderes do G-5 haviam sido convidados. Na cúpula de 2007, na

Alemanha, Lula ficou visivelmente contrariado com a atitude do G-8 de ignorar as posições do G-5 sobre temas como liberação de investimentos diretos, quebra de patentes em casos de emergência de saúde pública e redução da emissão de gases poluentes. O documento final indicava a concordância do G-5 - que não houve - com as posições do G-8 sobre esses temas.

No ano passado no Japão, Lula chamou a atenção do G-8 para a necessidade de se abrir uma negociação de metas para as emissões de gases do efeito estufa. O presidente chegou a apresentar indicadores da Embrapa, mas só atraiu curiosidade e picardia dos líderes do G-8, já que a decisão final já havia sido tomada e registrada em documento na véspera.

Em L?Aquila, na quarta-feira, o G-8 vai debater sobre crise econômica, segurança alimentar, mudanças climáticas e a retomada da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). No dia seguinte, os líderes do G-8 recebem os do G-5 e do Egito. Na sexta-feira, líderes de países africanos e de seis organismos globais entram nos debates. Haverá 39 chefes de Estado em L'Aquila.

Brasil pedirá que países do G-8 mantenham gastos – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional – 06/07/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrará dos países desenvolvidos, na cúpula com o G-8 esta semana em Áquila, na Itália, que implementem de fato todas as medidas que prometeram para acelerar a retomada da combalida economia mundial. "A mensagem é que o essencial é a recuperação da economia para reabrir um ciclo de crescimento", disse ao Valor Marco Aurélio Garcia, assessor internacional do presidente Lula.

Alguns países desenvolvidos consideram que a recuperação está à vista e já seria o momento de delinear uma estratégia de saída das ações de urgência, isto é, gasto público, que bloquearam uma queda maior na demanda mundial e nos mercados financeiros.

Mas o primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, levará ao G-8 uma sombria mensagem de "sinais de alertas" de que a tímida recuperação está em perigo.

Brown teme que o encontro de abril dos lideres do G-20 em Londres não cimentou as mensagens de reforma econômica e de regulação dos mercados. E considera que o encontro desta semana em Áquila será um "segundo sinal de alerta para a economia mundial".

Uma das preocupações de Brown é com a nova elevação no preço do petróleo, principal matéria-prima mundial. Ele discutirá hoje com o presidente francês, Nicolas Sarkozy, uma ideia francesa de se estabelecer um acordo de preço entre países produtores e consumidores para reduzir a volatilidade no preço do barril.

Já a Alemanha, onde a disciplina fiscal é uma religião, quer compromissos de redução das enormes dívidas que tem sido acumuladas no rastro de programas de estímulo.

Mas, em carta aos líderes do G-8, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, alerta que não é hora de desacelerar os programas de estímulo, corroborando o temor de

Brown de que os recentes ganhos "podem ser revertidos facilmente, e o ritmo da recuperação em 2010 está longo de ser certo".

Para Zoelick, se os ricos derem marcha a ré nos programas de estimulo, vão deixar "os mais fracos [países em desenvolvimento] na casa queimada". O prêmio Nobel da Economia, Paul Krugman, insiste por sua vez que os programas de estimulo nos EUA não têm sido agressivos o suficiente para produzir uma completa recuperação economia e outra rodada de estímulo é difícil "mas essencial".

Lula cobrará dos países do G-8 eficácia maior também nas medidas já decididas e "que estão pouco fluidas", como fim de paraísos fiscais, políticas anticíclicas etc. Quer também a certeza de respeito a um cronograma para reformar instituições como o FMI e o Banco Mundial e dar mais voz e representatividade aos emergentes. Lula deixará claro sua visão de que o G-8 está superado e que as grandes questões econômicas globais devem ser transferidas de vez para o G-20.

Giampiero Massolo, principal assessor do primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi para o G-8, retruca que o "G-8 não só não está morto como inaugura em Áquila uma nova relação estável e estruturada com as grandes economias emergentes", algo que para o Brasil hoje é insuficiente.

A expectativa em Roma é que o G-8 e os principais emergentes assinem uma declaração conjunta sobre um novo modelo de crescimento, que evite os ciclos de bolha e crise. Será dado destaque ao chamado "crescimento verde". Países industrializados propõem que, para alcançar uma recuperação economica harmonizada com proteção ambiental, seja adotada tarifa de importação para produtos ambientalmente incorretos.

Outra batalha será sobre a redução de emissões, para descarbonizar as economias. A União Europeia vem defendendo que os emergentes, como o Brasil, reduzam a "tendencia de crescimento" das emissões entre 15% e 30%.

Marco Aurélio Garcia disse que o Brasil assumirá suas responsabilidades, diferenciadas das dos ricos, mas evitando que sejam um "freio no crescimento economico". O Itamaraty informou que o texto em negociação prevê até agora que os países ricos assumam a liderança na redução de emissões de gases de efeito-estufa. O Brasil defende que os os países desenvolvidos reduzam em 45% suas emissões até 2050.

O que não vai faltar no G-8 é anúncio de boas intenções. Uma delas, impulsionada pelos EUA, será a "Iniciativa sobre Segurança Alimentar", pela qual os países ricos se comprometem com mais de US$ 12 bilhões para o desenvolvimento da agricultura nos países pobres nos próximos três anos.

EUA e Japão fornecem o grosso dos recursos, entre US$ 3 bilhões e US$ 4 bilhões, e o resto vem da União Europeia. Mas funcionários da ONU dizem que parte do dinheiro é de anúncios já feitos. No ano passado o mesmo G-8 já tinha feito uma promessa de US$ 10 bilhões e só liberou a metade, segundo ONGs. **(Com o Financial Times)**

Brasil e UE fazem pacto anticonflito – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 07/07/2009

O Brasil assinou ontem com a União Europeia, seu principal cliente de produtos do agronegócio no exterior, acordo que estabelece um mecanismo de consulta bilateral sobre questões sanitárias e fitossanitárias para evitar conflitos comerciais. O entendimento ganha importância na atual conjuntura de crise econômica mundial, quando é comum o estabelecimento de barreiras sob alegações sanitária e não tarifárias.

No ano passado, as exportações brasileiras de alimentos, bebidas, rações e tabaco para a União Europeia - todas sujeitas ao cumprimento de exigências sanitárias e fitossanitárias - alcançaram US$ 13,2 bilhões, quase US$ 1 bilhão a mais que em 2007. E isso apesar do tombo nas vendas de carne bovina.

Cogitada pela primeira vez em 2006, a criação do mecanismo de consulta bilateral foi concretizada ontem com as assinaturas do embaixador brasileiro na UE, Ricardo Neiva Tavares, e do diretor-geral de Saúde e Proteção do Consumidor do bloco, Robert Madelin. "Com contatos regulares, procuremos desmontar eventuais problemas e conflitos e dar segurança a exportadores e importadores", disse o embaixador. Neiva Tavares está otimista e prevê a reação das exportações de carne bovina, bastante reduzidas depois de problemas na rastreabilidade do produto.

De 5 mil estabelecimentos antes autorizados a exportar carne bovina para a UE, o número baixou para menos de 100 no início de 2008 e agora volta a superar 1.000.

Promessa de fechar Doha em 2010 cria problema para Lula – Valor Econômico – Agronegócios – 08/07/2009

Os líderes reunidos a partir de hoje na Itália decidiram se comprometer a concluir em 2010 a Rodada Doha de liberalização comercial, o que complica o cenário político interno para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Brasil sempre esteve à frente dos que querem completar a negociação global de abertura agrícola, industrial e de serviços, pois sabe que tem mais a ganhar do que a pagar. Mas, nas últimas semanas, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, passou a dizer que sentia "calafrios" quando ouvia sugestões de concluir Doha no ano que vem, quando o Brasil estará em plena campanha eleitoral.

Entre os principais países da negociação de Doha, só o Brasil tem eleições gerais no segundo semestre de 2010. O Reino Unido deve realizar eleições no início do próximo ano. Os EUA terão eleições legislativas em novembro de 2010, mas hoje parece muito improvável que a oposição republicana consiga ampliar sua bancada no Congresso americano (controlado pelos democratas), mesmo com negociações comerciais em andamento.

Amorim sabe que, para a negociação ser fechada na Organização Mundial do Comércio (OMC), será preciso fazer concessões, abrindo mais o mercado brasileiro para produtos manufaturados estrangeiros. E, em período eleitoral, qualquer concessão provoca desgaste, como ocorre em qualquer país.

O ministro insiste que o Brasil já pagou demais pela rodada, mas não fecha a porta para atender a demandas específicas, como por exemplo cortes de determinadas tarifas de importação de interesse dos EUA e da União Europeia (UE), dependendo da contrapartida que receber.

Mas a estratégia brasileira era de tentar arrancar avanços de Doha ainda neste ano, deixando 2010 para os aspectos jurídicos que são necessários para fechar esse tipo de compromisso.

Agora, oficialmente, o presidente Lula terá de reiterar e mesmo conclamar vitória pelo engajamento dos líderes, o primeiro concreto nos últimos tempos. O discurso brasileiro tem sido de que a recuperação da economia mundial passa pela retomada do comércio global, que está em queda livre desde o fim do ano passado.

Os líderes reunidos em Áquila vão mandar os ministros "explorarem" maneiras de acelerar a negociação. No começo de setembro, haverá uma reunião ministerial em Nova Déli, na Índia, antecedendo o encontro de cúpula do G-20 financeiro dos EUA.

Resta que, primeiro, os chefes de Estado já fixaram outras datas no passado, que acabaram não sendo respeitada. E, segundo, persistem os problemas de resistência dos países. A recusa da Argentina em flexibilizar sua área industrial pode agora acabar por não ser desagradável para o governo Lula no ano que vem.

Rodada de Doha está fadada ao fracasso – Estado de São Paulo – Economia – 11/07/2009

Pascal Lamy não teve muitos motivos para sorrir nos últimos anos, ao menos do ponto de vista profissional. Como diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), ele teve de testemunhar o fracasso da Rodada Doha, cujo objetivo era a redução das barreiras mundiais contra produtos estrangeiros. A rodada começou em 2001 e prossegue até hoje, ao menos em tese.

Nesse aspecto, poucos se queixaram de Lamy por sua aparição na reunião do G-8 em Áquila. O grupo dos países mais industrializados decidiu fazer dele o ponto central de uma história de sucesso. Depois do compromisso verbal com o livre comércio, os líderes do G-8 agora tentam chegar a algo mais concreto.

Numa declaração conjunta, na quinta-feira, os membros do G-8 e do grupo dos países emergentes, o G-5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul), se disseram "comprometidos" com a busca da conclusão da rodada até 2010. Mas apenas alguns dos envolvidos acreditam que as metas ambiciosas da rodada possam ser atingidas.

No momento, os países estão implorando uns aos outros que não respondam à crise com

protecionismo, ao mesmo tempo em que as tarifas de importação aumentam e subsídios são criados em todo o mundo. A Rússia, por exemplo, elevou em cerca de 30% as taxas de importação de veículos.

É verdade que a maioria dessas medidas não viola princípios da OMC. Ainda assim, Lamy tem alertado contra o que é claramente uma nova onda de nacionalismo econômico. Disse recentemente ao jornal alemão Süddeutsche Zeitung que ele e a OMC eram "como um canário numa mina de carvão - batem as asas enlouquecidamente se encontram gases tóxicos na atmosfera". "Nossa tarefa é garantir que práticas protecionistas sejam reconhecidas como tal."

O problema é que quase todos os países estão ignorando momentaneamente os princípios do livre comércio. Poucos podem se dar ao luxo de não dispensar tratamento preferencial às sua empresas quando muitos bilhões do dinheiro do contribuinte são injetados na economia. "Se a chanceler alemã, Angela Merkel, resgata a Opel no contexto da crise por ser uma montadora alemã, isso pode ser chamado de protecionismo", disse Holger Görg, do Instituto Kiel para a Economia Mundial (IfW), à Spiegel Online.

O governo dos EUA chegou a incluir uma cláusula no seu pacote de estímulo segundo a qual só produtos domésticos poderiam ser empregados nos projetos de infraestrutura. O pacote chinês também conta com uma cláusula semelhante.

TIRO NO PÉ

Tais reações só prejudicam o próprio país, segundo especialistas. Se a Rodada Doha tivesse sido concluída em 2008, isso teria representado para as empresas de todo o mundo uma economia de cerca de US$ 130 bilhões em encargos de importação, estima a Associação das Câmaras Alemãs da Indústria e Comércio (DIHK).

Inversamente, a história mostra como novas barreiras comerciais podem provocar efeitos devastadores em tempos de crise. Na Grande Depressão de 1930, Europa e EUA concorreram na criação de barreiras comerciais. Como resultado, o comércio mundial entrou em colapso, contraindo-se durante seis anos, até corresponder a pouco mais de um terço do volume original. Especialistas destacam que ainda estamos longe de tais cenários trágicos. Ainda assim, pela primeira vez em muito tempo, a OMC espera que o comércio mundial sofra uma redução de até 10%.

A lógica é simples: um governo pode resgatar milhares de empregos se adotar medidas para proteger um setor industrial, mas dezenas de milhares de empregos serão perdidos se outros países adotarem medidas semelhantes. Países que dependem da exportação de matérias-primas ou produtos agrícolas são especialmente atingidos pelo nacionalismo econômico. Países orientados para a exportação, como a Alemanha, também sofrem. Não foi por acaso que Angela Merkel, entre outros, tenha feito da retomada de Doha uma de suas prioridades.

Mas a OMC está em desvantagem. Nunca houve uma rodada de negociações globais na qual o progresso fosse tão difícil. Os representantes dos membros da OMC estão há sete anos tentando acordos claros. Em janeiro de 2008, Lamy, falando durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, disse que eles estavam "muito mais próximos do quase lá" do que no ano anterior. Mas uma solução pareceu estar ao alcance apenas temporariamente - na verdade, centenas de detalhes seguiram sem solução.

As negociações no verão de 2008 fracassaram principalmente por causa da disputa entre EUA e Índia quanto a tarifas mais altas para proteger agricultores pobres. Mas a insatisfação não se resumia a essa questão. A Alemanha parecia insatisfeita com as negociações no setor de serviços. Uma questão disputada foi a possibilidade de países em desenvolvimento serem obrigados a abrir o setor de serviços públicos, como água e energia. A França argumentou que certos produtos agrícolas deveriam ser excluídos das medidas de liberalização.

"GRANDE CETICISMO"

Infelizmente, as regras da OMC para decisões são tão rígidas quanto divergentes as posições de cada país. Ela só reconhece decisões unânimes. Lamy sugeriu, antes do início da última rodada de negociações, que essa poderia ser a última tentativa. Disse que faria de tudo, mas, caso um avanço não fosse obtido em 2008, os membros da organização já haviam lhe dito para não dar sequência à rodada, revelou ele.

A organização sofreu outro golpe em junho de 2009. A Rússia disse que só gostaria de participar da OMC no contexto de uma união alfandegária com Casaquistão e Belarus, que seria a primeira do tipo na história da organização. Negociações anteriores para trazer a Rússia à organização já duraram mais de 16 anos, sem sucesso. Conseguir a adesão do último grande não-membro da OMC seria extremamente importante para o sucesso da organização, diz Holger Görg, do IfW.

Assim, Görg demonstra "grande ceticismo" em relação à possibilidade de reviver a Rodada Doha. Na opinião dele, levará um bom tempo até que os governos do mundo consigam suprimir permanentemente o reflexo de adotar medidas de curto prazo para salvar suas indústrias domésticas.

Um comentário recente feito pelo chefe da OMC parece confirmar essa perspectiva: na opinião de Pascal Lamy, os "verdadeiros desafios" da crise econômica global mundial estão por vir.

***Anne Seith é jornalista**

De vira-latas e pitbulls – Paulo Nogueira Batista Jr. – O Globo – Opinião – 11/07/2009

A reunião de cúpula do G-8 na Itália, nesta semana, parece ter confirmado que esse agrupamento está praticamente esgotado ("morto", teria afirmado o ministro Celso Amorim). O mínimo que se pode dizer é que o G8 já não possui, nem de longe, a proeminência que teve até a eclosão da crise econômica mundial.

Com a transformação do G-20 em fórum de chefes de Estado e de governo, desde fins de 2008, o G-8 perdeu muito do seu espaço e da sua razão de ser. No FMI, por exemplo, os comunicados do G-20 passaram a ser, na prática, a principal referência.

Antigamente, era o G-7 (que inclui os EUA, o Japão, os quatro grandes países europeus e o Canadá) que definia as linhas gerais da agenda do Fundo e de outros organismos internacionais. Depois, a Rússia foi incorporada, e o G-7 virou G-8. Mas a Rússia nunca chegou a ser um membro pleno e efetivo do grupo.

Para o Brasil, essa mudança é boa. O G-20 inclui países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Trata-se de um foro que delibera por consenso. Se soubermos trabalhar bem, o nosso país poderá ter uma influência crescente no plano internacional.

Não temos evidentemente garantia de nada. Os nossos representantes têm que estar bem preparados, devem ter garra e espírito de luta. E capacidade de costurar as alianças certas.

Se não fizermos isso, o G-20 poderá até ser usado contra nós.

Esse último parágrafo é de uma obviedade constrangedora. Se eu fosse americano ou europeu, não precisaria escrevê-lo. Mas a verdade, leitor, é que o brasileiro ainda fraqueja,aindadecepciona . O "complexo de vira-latas" está sempre à nossa espreita, sempre a nos rodear. Vamos tentando superá-lo, e temos tido algum sucesso nessa autossuperaçao. Mas, volta e meia, temos recaídas preocupantes.

Estou exagerando? Talvez. Há casos piores, bem piores que o nosso.

Vou dar alguns exemplos (e espero que esse artigo não seja lido no exterior).

Antes dos exemplos, uma rápida explicação. Para onde caminha o sistema de governança mundial? Nunca se sabe, mas o restabelecimento do G-7/G-8 como fórum principal parece uma hipótese descartada.

Há duas possibilidades principais no momento: 1) consagrar o G-20, de forma permanente, como "diretório mundial"; ou 2) ampliar o G-8 para incluir mais cinco ou seis países.

Essa segunda hipótese, que parece contar com a simpatia de alguns países europeus, não é a mais favorável a nós. Um eventual G-14, por exemplo, somaria ao G-8 a China, o Brasil, a Índia, o México, a África do Sul e o Egito. Não quero ser indelicado com ninguém, mas não posso deixar de dizer o seguinte: os três últimos países citados parecem sofrer, em alto grau, do "complexo de vira-latas".

Perto deles, o Brasil parece um pitbull. E não preciso dizer mais nada.

O G-20 é um terreno mais propício.

Do G-20 fazem parte todos os integrantes do eventual G-14 (menos o Egito) e mais a Austrália, a Arábia Saudita, a Argentina, a Coreia do Sul, a Indonésia e a Turquia.

O Brasil tem mais jogo com os três outros integrantes dos Brics (China, Índia e Rússia) e com a nossa aliada tradicional, a Argentina. Mas pode juntar forças com outros países em desenvolvimento (Indonésia, Coreia do Sul e Turquia, por exemplo) e com alguns países desenvolvidos, especialmente os EUA e o Japão.

Os mais difíceis, pelo menos no que diz respeito a FMI e G-20, são os europeus. Há diversas exceções, nem todos os países europeus são igualmente conservadores.

Mas, de uma forma geral, podese dizer que o velho continente se transformou no mais aguerrido defensor do status quo internacional.

Os seus representantes fazem de tudo, recorrem a todos os truques, manobras, artifícios e pressões.

Os europeus são os verdadeiros pitbulls.

Lula diz que cabe ao G-20 agir contra a crise - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 14/07/2009

Para presidente, grupo tem 'autoridade moral' para enfrentar turbulência, num papel que não deve mais ser do G-8

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, no programa semanal de rádio "Café com o presidente", que cabe ao G-20 (grupo das 20 maiores economias do mundo, incluindo Brasil, China e Índia) tomar decisões a respeito das medidas para conter a crise internacional e reformar o sistema financeiro mundial. Segundo Lula, essa atribuição não pode mais ser exclusiva do G-8, grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá), mais a Rússia.

O G-20, destacou Lula, representa cerca de 80% das riquezas mundiais e, portanto, tem "autoridade moral" para estar à frente desse processo de recuperação da economia global.

— Ninguém pode querer ter a hegemonia de achar que determinados grupos de países são os que decidem. Na questão da crise econômica, nós precisamos definir que o G-20 é que tem que decidir as regras que vão controlar o sistema financeiro e reger a economia mundial daqui para frente — disse Lula, recém-chegado da reunião do G-8 mais 5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul), que aconteceu semana passada, na Itália.

— Nós não podemos questionar a existência do G-8. O G8 pode existir e discutir o assunto que quiser. Agora, nós estabelecemos a criação do G20 para discutir a crise financeira — acrescentou.

Lula disse estar otimista quanto à reunião do G-20 prevista para setembro. Ele defendeu, entre outras medidas, aumentar o volume de recursos das instituições multilaterais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Bird).

Lula defende retomada das negociações na OMC Para Lula, outro tema importante, que deve fazer parte da agenda internacional com prioridade, é a Rodada de Doha, de abertura comercial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ele ressaltou que é preciso que os países envolvidos na negociação deleguem mais poderes de decisão às suas autoridades e comentou esperar que haja um entendimento ainda em 2010. A liberalização do comércio, disse o presidente, ajudará os países que sofreram os impactos da crise.

Sobre clima, o presidente reafirmou a posição do Brasil de não aceitar medidas como a criação de um fundo para valorizar o sequestro de carbono (iniciativas para diminuir os efeitos da poluição).

— Não é possível discutir apenas o sequestro de carbono, sem discutir o controle de emissão dos gases de efeito estufa — disse.

Lula reconheceu que os países ricos já estão dispostos a ampliar os debates. Ele citou os EUA, que "estão assumindo a responsabilidade de discutir essa tema".

Em sua opinião, tudo isso leva a crer que haverá um acordo na reunião de Copenhague, na Dinamarca, em dezembro, sobre mudanças climáticas.

— Um país que começou seu processo de industrialização 150 anos atrás tem mais responsabilidade do que um país que começou ontem. Os EUA têm mais responsabilidade que a China, a Europa tem mais responsabilidade que a América do Sul e a África — afirmou Lula

Ásia toma lugar da Europa e é o maior cliente do agronegócio brasileiro – O Globo – Economia – 14/07/2009

China fica no topo da lista como principal destino dessas exportações

A União Europeia (UE) perdeu, no primeiro semestre deste ano, o posto de principal comprador de produtos do agronegócio brasileiro. Por blocos econômicos, a Ásia passou a ser o grande mercado para as exportações brasileiras, adquirindo, nos seis primeiros meses do ano, US$ 10,190 bilhões, enquanto a cifra embarcada para a UE foi de US$ 9,3 bilhões. Esse novo cenário foi puxado pela China, que desde o ano passado já ocupa o topo da lista.

A virada ocorreu em junho, quando o continente asiático (excluindo o Oriente Médio) apresentou um crescimento de 78,8% das aquisições de produtos agropecuários. A região foi responsável por 41,5% do total exportado no mês passado, contra 26% no mesmo

mês de 2008. Lidera a pauta para os asiáticos a soja em grão — as vendas àquele mercado cresceram quase 50%.

Chineses mais do que dobraram volume comprado Entre todos os países importadores do agronegócio brasileiro, a China mantém a liderança, pela compra de produtos no valor de US$ 1,9 bilhão.

No último mês, os chineses compraram 102,9% a mais do Brasil do que em igual período no ano passado. Na mesma comparação, os embarques para a Índia — principalmente de açúcar, devido à quebra da safra local — aumentaram 1.206% e chegaram a US$ 124,7 milhões.

— O mercado asiático é o grande comprador dos produtos agrícolas brasileiros, mostrando um número melhor que o ano passado — relatou o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, após a reunião da equipe do presidente Lula.

Junho registrou o melhor resultado mensal do ano na balança comercial do agronegócio, com superávit de US$ 6,6 bilhões. As exportações de US$ 7,3 bilhões no último mês foram 12% maiores do que o vendido ao exterior no mesmo período de 2008, com destaque para a expansão da penetração no mercado estrangeiro de produtos nacionais do complexo soja (48,9 %), sucroalcooleiro (21,6%) e fumo (54%).

Por outro lado, as compras de produtos agropecuários de outros países caíram 24,1% frente a junho do ano passado, passando de US$ 950 milhões para US$ 721 milhões. Mesmo com o aumento de 34% na quantidade de trigo importada, a queda de 43,7% no preço médio do produto possibilitou ao Brasil gastar US$ 35 milhões a menos que no mesmo mês de 2008.

Considerando todos os produtos — básicos e industrializados — que o país comercializa com o exterior, o superávit da balança comercial na segunda semana de julho foi de US$ 693 milhões. A corrente de comércio no período somou US$ 4,799 bilhões, sendo US$ 2,719 bilhões em exportações e US$ 2,080 bilhões em importações.

O saldo positivo acumulado no mês é de US$ 1,257 bilhão.

Mas a média diária dos embarques em julho (US$ 593,6 milhões) até agora foi 33,2% menor que a registrada em todo o mês de 2008, e 13,8% inferior à apurada em junho deste ano. Pelos mesmos critérios, as compras caíram 41,4% e 6,9%, respectivamente.

Desde janeiro, o saldo comercial brasileiro está positivo em US$ 15,244 bilhões. (Eliane Oliveira e Eduardo Rodrigues

Câmara quer fazer eleição para o Mercosul por lista fechada – Maria Clara Cabral – Folha de São Paulo – Brasil – 15/07/2009

Os 37 representantes brasileiros no parlamento do Mercosul devem ser eleitos por meio de votação em lista fechada e receber os mesmos benefícios e vencimentos de um deputado federal.

A proposta, apresentada pelo deputado Doutor Rosinha (PT-PR) e que conta com o apoio

de grande parte dos líderes partidários, tem que ser votada na Câmara e no Senado até setembro deste ano para as eleições acontecerem em 2010, com os pleitos para a escolha de presidente, governadores, senadores e deputados. A expectativa é de votar a urgência do texto hoje e o mérito na primeira semana de agosto.
O projeto diz que o eleitor votará no número do partido ou na coligação e não diretamente nos candidatos. A intenção é que os primeiros candidatos das listas tenham domicílio eleitoral em distintas regiões do país.
Para determinar quantas cadeiras cada partido ganhará, deverá se estabelecer um quociente eleitoral, em função do qual o número de votos válidos será dividido.
Caso aprovado, cada um dos representantes terá os mesmos benefícios destinados aos deputados federais, como R$ 3 mil de auxílio-moradia, R$ 60 mil para contratação de funcionários e uma cota única para despesas do mandato e passagem aérea (que, para os deputados, varia de acordo com os Estados de origem), além dos vencimentos de R$ 16,5 mil.
Hoje, o parlamento do Mercosul funciona com 25 funcionários provisórios e 18 representantes de cada país. O Brasil tem nove deputados e nove senadores, que não ganham salário extra.
Os representantes se reúnem menos do que uma vez por mês, segundo o deputado Doutor Rosinha. Ele defende reuniões mais frequentes, mas ainda não fez nenhuma alteração para isso em seu relatório. Segundo o deputado petista, esses detalhes deverão ser definidos posteriormente.

Cúpula do Mercosul tem início hoje em clima de derrota – Thiago Guimarães – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2009

Prioridade da política externa brasileira, o Mercosul começa hoje sua cúpula semestral em clima de derrota, por falta de avanços em velhas discussões, como eliminação da cobrança dupla da TEC (Tarifa Externa Comum), assimetrias e travas comerciais.
A definição sobre o mau momento veio do próprio anfitrião do encontro, o Paraguai, que passa a presidência rotativa do bloco ao Uruguai. "É uma espécie de derrota. Não tivemos solidariedade para enfrentar [a crise mundial]", afirmou Oscar Campuzano, um dos principais negociadores paraguaios.
Diante da ausência de grandes anúncios no Mercosul, o Paraguai valoriza os encontros paralelos à cúpula. O mandatário do país, Fernando Lugo, tem reunião bilateral hoje com a colega chilena, Michelle Bachelet, e no sábado com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva.
Na pauta da reunião entre Lula e Lugo, estão as negociações sobre concessões ao Paraguai em relação à usina de Itaipu. O tema emperra a agenda bilateral -e a do Mercosul- desde a posse do presidente paraguaio, há um ano, e deve ofuscar a reunião do bloco.
A cúpula de Assunção já começa sem acordo à vista para eliminar a dupla (ou múltipla) cobrança da TEC, discussão que já dura cinco anos. Hoje, um botão que entre no Brasil, por exemplo, paga a TEC na entrada e na reexportação para outros países do bloco. Isso

dificulta o trânsito de produtos dentro do Mercosul e negociações de acordos de comércio com outros blocos, como a União Europeia.
O fim da TEC é alvo de oposição do governo do Paraguai, que consegue 10% de sua receita com impostos ao comércio exterior. Também estão em aberto os requisitos para o fim da bitributação: interconexão entre as aduanas e criação de um código aduaneiro comum e de um mecanismo de distribuição da renda aduaneira.

Outros temas
Com a queda no comércio pós-crise mundial (a corrente comercial do Brasil com o Mercosul recuou 31% nos primeiros seis meses deste ano), falta consenso até em temas menores. O Brasil quer aprovar um mecanismo para favorecer importações de têxteis do Haiti, para ajudar a indústria do país caribenho, mas o Paraguai já afirmou ser contra.
A crise também motivou a adoção, pelo governo da Argentina, de entraves a importações, alvo de reclamações de todos os países do Mercosul. Tampouco há melhora na relação entre Argentina e Uruguai, desgastada pela recusa do governo argentino em remover ambientalistas que fecham, há dois anos, uma ligação entre os países.
Sem consolidação como união aduaneira, avanços em sua institucionalização e funcionalidade para dirimir conflitos entre Estados, o Mercosul vê ainda os sócios menores tentando relançar o grupo Urupabol (Uruguai, Paraguai e Bolívia), fórum de concertação política criado nos anos 1970 e que nunca andou muito.
Entre as novidades previstas para essa cúpula, estão a flexibilização das regras do Focem, fundo para minimizar assimetrias econômicas entre os sócios do bloco.
Há ainda previsão de aprovação do uso do SML (sistema de pagamentos em moeda local) para todos os países do Mercosul. O mecanismo, que avança devagar entre Brasil e Argentina desde outubro de 2008, permite a importadores e exportadores dos países a liquidação de transações comerciais em suas moedas nacionais, eliminando o dólar das operações.

Um poste chamado MERCOSUL – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 25/07/2009

SÃO PAULO - Quem fica parado é poste, ensina José Simão, meu filósofo favorito. O Mercosul está parado há tanto tempo que virou poste e, como tal, uma inutilidade. Tornaram-se obsoletas as suas duas lógicas principais. O Mercosul proporcionou, de fato, nos seus primeiros muitos anos, um impulso nas trocas de mercadorias entre os países membros, mas o ímpeto esgotou-se.
A segunda lógica era a contida em uma canção política da mexicana Amparo Ochoa, que dizia "juntos/ codo a codo/somos mucho más que dos". A expectativa era que Brasil e Argentina, os dois grandes do bloco, ombro a ombro, se tornassem mais fortes ante o "concerto das nações", como diria outro dos meus favoritos, Carlos Heitor Cony, no seu esforço por resgatar expressões em desuso.
O fato é que o Brasil conquistou por direito próprio, independentemente do Mercosul, papel

relevante no G14 e nos dois G20 (comercial e financeiro), gerentes das discussões planetárias (das discussões, mas não das soluções, o que é outra história para outra hora). O Brasil já deixou a Argentina falando sozinha nas negociações da Rodada Doha, ao aceitar proposta do mundo rico que os argentinos recusavam. Não acho que tenha sido uma atitude bonita. Sou dos ingênuos que ainda acreditam em solidariedade dos mais fortes para com os mais fracos.
O problema é que a solidariedade está se transformando em abraço de afogados. O Brasil não consegue dar certos passos que são de seu interesse sem ser puxado para baixo por seus parceiros quando os interesses de cada parte divergem.
O único caminho para tirar o Mercosul da catatonia seria a tal de coordenação de políticas macroeconômicas, já ensaiada uma e cem vezes, sem resultados. Fora isso, nem é preciso enterrar o Mercosul. Pode ficar por aí como obelisco a uma boa intenção frustrada.

Cúpula do Mercosul termina sem acordos entre os países – Folha de são Paulo – Dinheiro – 25/07/2009

A reunião semestral de cúpula do Mercosul, encerrada ontem em Assunção, terminou sem acordo nos principais temas em discussão: fim da dupla cobrança da TEC (Tarifa Externa Comum) e nova composição do Parlamento do bloco.
Não houve acordo até em temas menores, como a aprovação que o Brasil queria dos sócios para abrir seu mercado a produtos do Haiti. O Paraguai argumentou que suas importações de têxteis ao Brasil poderiam ser prejudicadas.
Na prática, o Paraguai travou os principais avanços. No caso da cobrança da TEC, cujo sistema faz com que um mesmo importado seja taxado novamente toda vez que é reexportado dentro do bloco, o país condicionou sua uniformização à criação de mecanismos de distribuição da renda aduaneira.
Para aprovar a nova formação do Parlamento do Mercosul, que levará em conta a quantidade de habitantes de cada país em eleições a serem realizadas em 2010, o Paraguai quer a criação de um tribunal de solução de controvérsias que se sobreponha ao Judiciário dos países -medida considerada inconstitucional por Brasil e Uruguai.
De caráter apenas consultivo, o Parlasul funciona hoje com 18 representantes de cada país sócio.
"O Brasil fez o possível para que o semestre terminasse da melhor maneira possível, mas pelo contexto de crise mundial não houve condições de as principais decisões serem tomadas", disse à Folha o diretor do Departamento do Mercosul do Itamaraty, Bruno Bath.
O clima político no Paraguai -com o presidente Fernando Lugo acuado por falta de maioria no Congresso e pelo escândalo de acusações de paternidade- contaminou a atuação do vizinho no Mercosul.
A cúpula também expôs a insatisfação do Uruguai, que fez duras declarações contra práticas protecionistas.
O conflito Uruguai-Brasil tem como foco as exportações uruguaias de leite em pó. Por conta do aumento expressivo das importações do produto, o Brasil fixou licenças não

automáticas de importação para proteger a indústria nacional. Apesar dos problemas, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, negou que o bloco viva uma crise. "Há reflexos da crise mundial que afetaram o comércio no bloco." **(TG)**

A eleição do Parlasul – Evandro Carvalho e Clarissa Dri – O Globo – Opinião – 30/07/2009

Desde a criação do Mercosul, em 1991, muitas decisões sobre o comércio no Cone Sul têm sido tomadas.

O Mercosul tem sido lugar também para projetos envolvendo infraestrutura, educação e defesa. Ocorre que a estrutura do Mercosul é formada por uma série de fóruns negociadores compostos por diplomatas, técnicos e representantes dos mais diversos ministérios dos países-membros, que se reúnem em encontros itinerantes de maior ou menor periodicidade.

Essa complexidade não facilita a compreensão das decisões que são tomadas na esfera regional. Soma-se a isso a limitada publicidade de parte dessas reuniões. Em geral, desconhecemos a agenda e a pauta dos encontros, os participantes e o conteúdo das deliberações.

As informações sobre o andamento das negociações ficam concentradas no Poder Executivo, responsável pelo processo de integração.

Essa situação está na origem da criação do Parlamento do Mercosul, em 2005. A assembleia está ativa desde o início de 2007 e já realizou até o momento mais de vinte reuniões plenárias, a maioria delas em Montevidéu, sede do Parlamento e da maioria das instituições do bloco. Um dos objetivos dos parlamentares é democratizar a estrutura do Mercosul. Isso é fundamental para que o bloco cumpra com mais eficácia suas metas de "desenvolvimento econômico com justiça social" e "união estreita entre seus povos".

Com todas as mazelas do Poder Legislativo, pode-se perguntar: quanto custará ao bolso do cidadão mais um órgão público sujeito à inércia e à corrupção? Quem viveu a ditadura militar sabe das vantagens de um congresso forte, plural e democrático. Cabe então a pergunta ao inverso: o que nos custa a falta de democracia? Quanto custa a ausência de instâncias fiscalizadoras próprias dos órgãos executivos do Mercosul? Ou quais seriam os benefícios de uma maior participação social na definição das prioridades para a construção da integração regional? O Mercosul sempre foi alvo de críticas.

Sabe-se muito pouco sobre seus propósitos e ações concretas; sabe-se muito mais sobre suas falhas e limitações. A existência de uma assembleia regional com parlamentares dedicando-se exclusivamente pode contribuir para um Mercosul melhor, mais eficaz e mais democrático, onde a cooperação substitua os conflitos e a aproximação dos povos trace um promissor futuro em comum.

EVANDRO CARVALHO é professor da FGV Direito Rio. CLARISSA DRI é professora e estuda no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux..

Crise inviabiliza acordo rápido sobre Doha, diz Índia – James Lamont – Valor Econômico – Internacional – 30/07/2009

Uma autoridade do governo da Índia frustrou a expectativa de retomada das negociações sobre comércio global ao dizer que a recessão econômica afetou a determinação de chegar a um acordo.

Rahul Khullar, vice-ministro de Comércio da Índia, disse que o acordo na rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio) estará fora do alcance enquanto os líderes políticos do mundo continuarem enfrentando indignação pública nos seus países pela perda de postos de trabalho e pelo baixo crescimento econômico.

A avaliação limita a pretensão do reunião ministerial prevista para Nova Déli e da debate do G-20, que se reunirá em setembro nos EUA. Havia expectativa de que esses [eventos] poderiam revitalizar a estagnada negociação e ajudar a estimular a economia mundial.

As palavras de Khullar, o principal negociador comercial indiano, lançam dúvida sobre a iniciativa de Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, de fechar o acordo em 2010, após nove anos de negociação.

Khullar disse: "Avalio que os líderes políticos passarão por um mau bocado tentando vender [um acordo de comércio global]".

"Se não vislumbrarmos uma retomada econômica rapidamente, nos próximos dois trimestres, não haverá uma nova movimentação política [em torno do comércio]."

O indiano disse que uma mudança da guarda à mesa de negociações, entre embaixadores na OMC em Genebra e líderes de países poderosos em comércio, fez o processo retroceder. A Índia substituiu o ministro do Comércio, Kamal Nath, veterano de negociações na OMC, por Anand Sharma.

"As negociações têm a ver com pessoas. O jogo mudou. Boa parte das pessoas que estavam até julho se foram. Negociar tem relação com o nível de confiança que deposito ou não deposito em você."

A Índia, junto com EUA, UE e Brasil, tem participado no núcleo do grupo negociador na OMC e vista como um dos mais resistentes entre os países importantes nas discussões sobre comércio.

Nath foi acusado por alguns pelo colapso das negociações em julho do ano passado, por sua insistência em cortes mais profundos nos subsídios agrícolas dos EUA e em maior liberdade de ação para as economias pobres protegerem seus agricultores.

Desde que assumiu, em junho, Sharma manifestou o desejo de retomar as negociações rapidamente. Um diplomata disse ontem, porém, que o propósito dos próximos encontros estaria em dúvida se as expectativas forem baixas.

Outra preocupação é com o nível de compromisso de Washington. Hillary Clinton, a secretária de Estado dos EUA, deu pouca ênfase à retomada das negociações na sua visita a Nova Déli neste mês.

Economistas temem que o fracasso em chegar a um acordo possa elevar o protecionismo. A OMC já detectou essa tendência, apesar da promessa contrária de líderes mundiais.

LULA PROPÕE QUE UNASUL DEBATA CLIMA – Folha de São Paulo – Ciência – 31/07/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs ontem a sua colega chilena Michelle Bachelet uma reunião da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) para discutir uma posição comum do bloco na conferência do clima de Copenhague, em dezembro. Segundo Lula, o encontro serviria para "não deixar prevalecerem os interesses dos países ricos". Um bloco de nações em desenvolvimento, o G77, cumpre hoje esse papel.

Brasil desistiu da Rodada Doha, sinaliza Amorim – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/07/2009

Ao lado de chanceler espanhol, ministro abandona defesa do acordo global

Diante de impasse sobre a rodada da OMC, Brasília e Madri priorizarão conclusão de um acordo bilateral entre Mercosul e União Europeia

Os chanceleres da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, e do Brasil, Celso Amorim, deixaram claro ontem que os dois países já consideram a Rodada Doha de comércio coisa do passado e pretendem dar uma guinada para tentar fechar o acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul, finalmente, no primeiro semestre de 2010.
"As incertezas quanto a Doha nos levam a buscar com mais empenho o acordo UE-Mercosul. Vamos concentrar esforços nesse acordo", disse Amorim, ao lado de Moratinos.
Foi a mais explícita manifestação de descrédito do ministro brasileiro quanto ao desfecho das negociações comerciais multilaterais, no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio).
Ele foi o maior entusiasta da Rodada Doha, que chegou a um impasse após divergências principalmente entre EUA, Índia e Argentina, e sempre acenou com a possibilidade de retomada de negociações e de êxito no final, em vão.
Em entrevista à Folha, publicada em 9 de novembro de 2008, Amorim recomendou ao então presidente eleito Barack Obama que retomasse a Rodada Doha, que classificou como "a mais potente política anticíclica global".
Agora, porém, deixa claro que o principal impasse foi justamente a posição da maior

potência que, em vez de avançar com Obama, recuou na última versão de Doha. Depois de rechaçar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e acordos bilaterais com os EUA em favor das negociações da OMC, agora é a vez de o Brasil jogar a toalha na Rodada Doha, no penúltimo ano do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
Ontem, Moratinos chegou a ironizar a "famosa Rodada Doha". Segundo ele, o grande problema foi concentrar todas as energias nos temas agrícolas.
"O elemento agrícola sequestrou as negociações", disse o espanhol, referindo-se ao impasse em torno dos subsídios e da abertura de mercados.
Para ele, o acordo UE-Mercosul está mais maduro e já é tempo de "tirar uma fotografia do que é possível": "Temos de desembarcar mais carne bovina para dizer que há um acordo estratégico entre Mercosul e UE? Acho que não".
A Espanha assume em 2010 a presidência rotativa da UE, enquanto a Argentina deve assumir a do Mercosul. É esse o momento em que o ministro julga adequado para fechar o acordo, cuja discussão já dura anos, sem solução, aguardando inutilmente fechar Doha.
Amorim e Moratinos frisaram as "afinidades de posições" entre os dois países, que apoiam a ampliação do G-8 (países mais ricos e Rússia) para comportar países emergentes, defendem a reforma dos organismos internacionais, como ONU, Banco Mundial e FMI, e querem dividir projetos de erradicação da pobreza na África. Além disso, Madri apoia a pretensão do Brasil de ter cadeira permanente no Conselho de Segurança e sua investida diplomática no Oriente Médio. "O Brasil é um grande ator na construção de uma nova ordem mundial", disse Moratinos.

Doha é marcada por conflitos de interesses – Folha de São Paulo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/07/2009

Iniciada em 2001, a rodada Doha abriu negociações para a liberalização do comércio de produtos agrícolas, industriais e de serviços entre os 153 países-membros da OMC (Organização Mundial do Comércio).
Prevista para ser concluída em 2004, a rodada foi retomada em julho do ano passado por ministros de 35 países. A reunião acabou sem resultados, após esbarrar em conflito de interesses entre os países que exportam produtos agrícolas e os que vendem manufaturados.
O colapso de Doha no ano passado ocorreu basicamente pelos mesmos motivos que já a perturbavam anteriormente. De um lado, o desejo de grandes países emergentes, como Índia e China, de protegerem seus agricultores e suas indústrias, que, segundo eles, ficariam vulneráveis se expostos à concorrência internacional.
Do outro lado, os EUA e, em certa medida, a União Europeia, exigiram acesso a esses mercados em troca do corte dos subsídios que oferecem ao setor agrícola.
Por fim, as partes não conseguiram chegar a acordo que agradasse a todos.
A rodada Doha (cujo nome é uma referência à capital do Qatar, país onde ela foi iniciada) também trata de questões menores, como a facilitação do transporte de bens através de fronteiras nacionais e o aperto das regras sob as quais o comércio internacional é

conduzido.
A ausência de um acordo poderá arranhar a própria OMC no médio prazo. Caso os governos não consigam fechar acordos comerciais no âmbito da organização, poderiam relutar mais em respeitar as regras que já estão em vigor.

Com o "Financial Times"

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL